

MP ameaça cobrar na Justiça os direitos dos índios tuxás

Marjorie Moura

O procurador da República Robério Nunes dos Anjos deverá entrar nos próximos dias com ação judicial contra a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) por descumprimento de convênio para reassentamento do povo indígena tuxá, após a construção da Barragem de Itaparica, um problema que se arrasta desde 1988. Mais grave que isso, segundo denúncias de lideranças indígenas, foi a ação desagregadora fomentada pelo Grupo Executivo para Conclusão do Projeto de Assentamento da População da Usina da Hidrelétrica de Itaparica (Gerp), ligado à Presidência da República.

De acordo com os índios, além de dividir as famílias com falsas promessas, o grupo encarregado da privatização da estatal ainda gerou o desmembramento político da tribo promovendo a eleição de um novo cacique. O projeto de Itaparica foi financiado pelo Banco Mundial, que não poderia repassar verbas diretamente para o assentamento, mas firmou acordo em documento estabelecendo esta responsabilidade por parte do governo brasileiro.

Os índios tuxás moravam no município de Rodelas e tinham como principal fonte de subsistência a agricultura desenvolvida na Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, de on-



Foto: Antonio Queiroz

Robério Nunes (E) pretende primeiro ouvir as explicações da Chesf

de retiravam grande variedade de frutas e legumes, além de plantar arroz, feijão e milho, cujo excedente era vendido nas feiras locais. Com a inundação, as 90 famílias da tribo se dividiram, indo parte para Ibotirama e o restante permanecendo na área do novo município de Rodelas. O primeiro acordo, segundo Marcos Messeder, presidente da Associação Nacional do Índio (Anai), era muito precário, indicando o assentamento em áreas que necessitariam de projetos de irrigação.

A falta de ações concretas por parte da Chesf provocou a fúria das famílias indígenas, que, em 1993, invadiram a sede da estatal, na Av.

Paralela, fazendo com que em 1994, segundo Messeder, fosse firmado um novo convênio contando com a fiscalização do Ministério Público. Entre as atribuições estava a de adquirir a área de assentamento; contratar equipe para elaboração do programa e implantação deste; dar assistência técnica durante cinco anos e treinamento técnico e gerencial para os índios, além de custear as primeiras lavouras.

Proposta

Após a criação do Gerp, em 97, a proposta da Chesf passou a ser repasse de verbas, em valor fixado se-

gundo critérios desconhecidos, diretamente à Funai, com a exclusão de qualquer outra possibilidade, afirmou Messeder. Nesse período, as famílias passaram a ser 170 e continuam a sobreviver com uma verba mensal de R\$ 226 pagos apenas às 90 famílias iniciais, sendo o restante da renda complementado com trabalho assalariado e arrendamento, finalizou Messeder. Parte do grupo de Rodelas, onde se deu a maior divisão, aceita a indenização em dinheiro e pensa até em buscar a emancipação para evitar a ação judicial do Ministério Público contra a Chesf.

Com sua estrutura social desmantelada pela longa protelação do cumprimento do acordo, os índios dizem só acreditar agora na Justiça para sair da situação difícil em que vivem. O apoio à luta dos tuxás é dada por algumas lideranças políticas de oposição, pela Anai e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), mas organizações internacionais também estão começando a fazer pressão para uma rápida solução da situação. O procurador Robério Nunes dos Anjos deverá enviar comunicação à Chesf para que, num prazo de 10 dias, seja dada uma resposta concreta, mas caso se configure que não há possibilidade de negociação administrativa, disse, o único caminho é entrar com a ação na Justiça.

190					
			60		
					✓